

Assunto: Para agilizar	
Veículo: Folha de Pernambuco	
Editoria: Economial	Seção/Repórter: Jamille Coelho
Página: 2	Data: 06/10/2014



■ PARA AGILIZAR...

Quem tem direito a receber crédito por cheques, notas promissórias, duplicatas, escrituras públicas ou outros documentos públicos assinados pelo devedor pode contar com um serviço especializado na Justiça estadual.

■ ...24 MIL AÇÕES

As Varas de Execução de Títulos Extrajudiciais atuam para cobrar dívidas já comprovadas e foram instaladas nesta semana pelo TJPE. O funcionamento é de segunda a sexta, das 9h às 18h, no Fórum Desembargador Rodolfo Aureliano, na Ilha Joana Bezerra.

Assunto: Ampliação do horário de funcionamento das varas cíveis	
Veículo: Jornal do Commercio	
Editoria: Capa Dois	Seção/Repórter: Repórter JC
Página: 2	Data: 05/10/2014

jornal do commercio



Dos 155 mil processos judiciais que tramitam no Recife, 49% estão concentrados nas Varas Cíveis da Capital, que funcionam no Fórum Des. Rodolfo Aureliano (foto), na Ilha Joana Bezerra. O TJPE ampliou o horário de funcionamento dessas varas - agora funcionam das 7h às 19h.

Assunto: Ampliação do horário de funcionamento das varas cíveis	
Veículo: Diário de Pernambuco	
Editoria: Economia	Seção/Repórter: Diário Econômico
Página: B13	Data: 05/10/2014

DIARIO de PERNAMBUCO

Mais agilidade

O Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE) ampliou o horário de funcionamento de 34 varas cíveis da capital que tratam de ações cíveis e de direito do consumidor. As unidades agora abrem às 7h e atendem o público até as 19h. São três horas a mais por dia, de segunda a sexta-feira. O objetivo é reduzir o volume de processos no acervo, que hoje chega a 155 mil nestas varas.

Assunto: Assessoria de Comunicação do TJPE	
Veículo: Diário de Pernambuco	
Editoria: Viver	Seção/Repórter: João Alberto
Página: E2	Data: 05/10/2014

DIARIO de **PERNAMBUCO**

Rebeka Maciel assumiu a assessoria de comunicação do TJPE.

Assunto: 72 novos juizes do TJPE	
Veículo: Jornal do Commercio	
Editoria: Capa Dois	Seção/Repórter: Repórter JC
Página: 2	Data: 04/10/2014

jornal do commercio

Justiça

Os 72 novos juizes do TJPE, que tomaram posse esta semana, assumirão as comarcas vagas no interior no início do próximo ano, após curso na Escola Judicial do Tribunal.

Assunto: MPPE move ação civil contra a W9!	
Veículo: Jornal do Commercio	
Editoria: Capa Dois	Seção/Repórter:
Página:	Data: 04/10/2014

jornal do  commercio

MPPE move ação civil contra a W9!

FALÊNCIA Empresa encerrou atividades deixando milhares de estudantes sem festa de formatura. Promotor quer que sócios respondam pelo prejuízo com o patrimônio pessoal

O Ministério Público de Pernambuco (MPPE) ajuizou ação civil pública, na Vara Cível da Comarca do Recife, contra a W9! Comunicação e Eventos Ltda, que encerrou suas atividades no mês passado, dando um calote de cerca de R\$ 10 milhões em milhares de estudantes que tinham contratado a agência para realização de festa de formatura. O documento foi encaminhado ao Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE) na última quarta-feira.

Segundo explicou o promotor Mavial de Souza Silva, que atua na Promoção e Defesa dos Direitos do Consumidor da Capital, no site do MPPE, a instituição pediu, a princípio, a desconstituição

da empresa, para que os três sócios possam ser responsáveis, inclusive com o seu patrimônio, pelo pagamento de indenização aos consumidores lesados.

As medidas propostas à Justiça incluem a indisponibilidade dos bens dos sócios, com bloqueio de contas bancárias, depósitos, aplicações e investimentos, e a proibição da venda e transferência de bens e valores a terceiros. Além disso, o MPPE quer que os sócios sejam obrigados a pagar pelos danos materiais e morais sofridos por todos os estudantes que contrataram os serviços da empresa. De acordo com o Código Civil, a não indenização dos danos sofridos pelos consumidores configura enriquecimento ilícito.

Ministério Público pediu bloqueio dos bens dos sócios

Para desestimular outras empresas a seguir o mau exemplo, o MPPE propôs a condenação da W9! e dos sócios ao pagamento de R\$ 1 milhão de reais a título de reparação por danos morais coletivos. O montante deverá ser revertido ao Fundo Estadual do Consumidor.

Antes de propor a ação, o Ministério Público recebeu várias denúncias de cancela-

mento de serviços contratados para realização de formaturas, incluindo cerimonial, decoração, estruturação, iluminação, fotografia, filmagem e administração dos eventos relacionados. No dia 22 de setembro, os clientes receberam um e-mail da W9! informando que não teria mais como honrar os compromissos contratuais e que todos os contratos passariam a ser de responsabilidade da assessoria jurídica.

O promotor Mavial de Souza e Silva considera que a empresa demonstrou total desrespeito aos seus clientes pois, apesar de saber que estava passando por dificuldades financeiras, continuou firmando contratos que, sabidamente, não poderia honrar.

Assunto: Netuno age para evitar falência	
Veículo: Jornal do Commercio	
Editoria: Economia	Seção/Repórter:
Página: 3	Data: 04/10/2014

jornal do  commercio

Netuno age para evitar falência

MERCADO Com uma dívida acumulada de R\$ 21,5 milhões, empresa pede recuperação judicial. Medida pode suspender por 180 dias ações execuções movidas contra o grupo

O Grupo Netuno, que já liderou o mercado brasileiro de pescados e se posicionou como uma das maiores exportadoras do País, ingressou com pedido de recuperação judicial na Justiça de Pernambuco. O pedido foi impetrado pelo escritório Matos, Paurá e Beltrão Advogados, no último dia 15 e vale para as quatro empresas do grupo: Netuno Internacional, Netuno Alimentos, Maricultura Netuno e Maricultura Rio Grande do Norte, que totalizam um capital social de R\$ 133,3 milhões.

No pedido de recuperação judicial, a empresa aponta uma série de fatores que levaram o grupo a entrar numa crise econômico-financeira. Um dos argumentos é a abertura do mercado brasileiro à importação de produtos asiáticos com preços inferiores aos praticados na atividade doméstica. Outro fator que desencadeou a crise foi o alto grau de endividamento da empresa e as exigências de garantias que engessaram o fluxo de caixa. Um terceiro problema foi a avalanche de ações judiciais pedindo a penhora dos ativos do grupo para saldar dívidas.

Na petição do processo, a empresa diz que "embora se encontre em crise econômico-financeira tem capacidade plena de recuperação para solver suas obrigações sem comprometer o seu funcionamento. Hoje, o grupo conta com 380 funcionários. Para se recuperar, a companhia aposta na força da marca Netuno, que consolidou sua rede de criação, industrialização, distribuição e comercialização de peixes e frutos do mar em todo o Brasil.



Chico Porto/JC Imagem/31-3-2009

CRISE Competição externa e endividamento entre os fatores

As quatro empresas do grupo totalizam capital social de R\$ 133,3 milhões

O grupo aposta, ainda, na clientela e no poder de compra das classes B, C e D, além da viabilidade das exportações brasileiras, sobretudo num cenário de dólar alto, quando o preço do produto se valoriza lá fora. Para solicitar a recuperação judicial, a Netuno apresentou as demonstrações contábeis referentes aos anos de 2011, 2012 e 2013. A aprovação do pedido de recuperação judicial suspende, por um período de 180 dias, todas as ações e exe-

cuções movidas contra o grupo.

Na lista de credores estão trabalhadores, instituições financeiras e fornecedores de produtos e serviços. O valor total da dívida está calculado em R\$ 21,5 milhões. A empresa espera que a recuperação judicial permita ao grupo sanar a crise econômica e financeira, mantendo a atividade produtiva do grupo e a geração de emprego e renda.

HISTÓRIA

Com 25 anos de mercado, a Netuno começou sua história com uma pequena peixaria no bairro do Pina, no Recife, em 1989. Em 1993 passou a figurar na lista das dez maiores empresas exportadoras de frutos do mar do Brasil. Quatro anos depois a companhia inaugurava sua primeira indústria de processamento de pescados. A partir daí a empresa iniciou um processo de verticalização da produção, que ganhou ainda mais força com o início do cultivo de camarão com fazenda própria no litoral de Pernambuco.

Em 2009, a Netuno anunciou uma parceria com o grupo japonês Nissui, líder mundial do setor, com presença em 25 países e mais de um século de história. Na época, a empresa anunciou o negócio, com valor estimado em US\$ 80 milhões na Netuno Internacional. O anúncio foi feito em julho de 2009 pelo presidente da Netuno, Sérgio Colafferri, e pelo presidente mundial da Nissui, Naoya Kaki-soe. Os dois executivos anunciaram a parceria ao ex-governador Eduardo Campos. A Netuno e a Nissui teriam cada uma, 50% de participação na Netuno Internacional.

Assunto: Negociação para evitar despejo - Comunidade Passarinho - Reintegração de Posse	
Veículo: Jornal do Commercio	
Editoria: Economia	Seção/Repórter:
Página: 3	Data: 04/10/2014

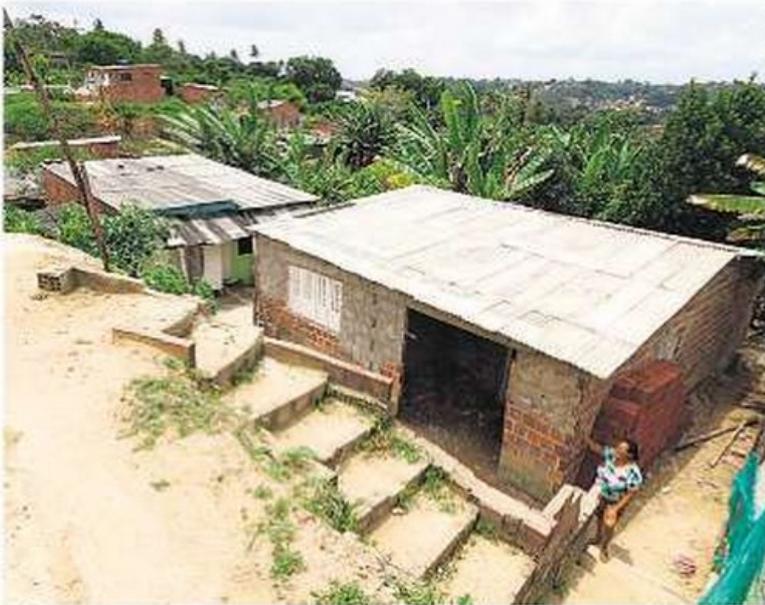
jornal do  commercio

Negociação para evitar despejo

MORADIA Ministério Público vai buscar meios legais para impedir a reintegração de posse de terreno no bairro de Passarinho



Diego Negro/JC Imagem



COMUNIDADE Cerca de 25 mil famílias vivem no local

O Ministério Público de Pernambuco (MPPE) assumiu o compromisso de buscar todos os meios legais para tentar evitar a reintegração de posse das cerca de 25 mil famílias do bairro de Passarinho, Zona Norte do Recife, marcada para o dia 9 de novembro. Em reunião com representantes da comunidade, ontem à tarde, o procurador-geral de Justiça, Aguinaldo Fenelon, informou que o órgão já está atuando sobre o caso, inclusive tendo instaurado procedimento para apurar possível desvio de função da Polícia Militar, que vem se reunindo com moradores para negociar uma desapropriação voluntária.

Um novo encontro foi pré-agendado para o próximo dia 17, na comunidade, para que o MPPE possa prestar contas do andamento do caso. “Essa decisão é desumana. Para onde vão as 75 mil pessoas, algumas que moram lá há 40, 60 anos? Isso não é uma invasão qualquer”, declara Fenelon.

O promotor de Justiça de Direito Humanos, Westei Conde, investiga a atuação da PM no caso. “O papel da polícia é o de garantir o cumprimento do mandado, caso seja necessário o uso da força. E só”, afirma. “O nosso é evitar uma grave violação dos direitos humanos que parece estar prestes a acontecer”.

O processo para tomar posse do terreno (que segundo os moradores tem 33 hectares, ou seja, 330 mil quilômetros quadrados) foi instaurado em 2007 e no ano passado o juiz José Júnior Florentino, da 12ª Vara Cível da capital, expediu man-

dado de reintegração em favor da empresa Nordeste Pré-Moldados. “Policiais fizeram o papel de oficiais de Justiça, comunicando a decisão, e desde então se reúnem, no quartel, com moradores, e deram o prazo para todos saírem. Não é estranho?”, questiona o conselheiro tutelar e morador Edvaldo Luiz.

O líder comunitário Severino Galdino, que mora no local há 17 anos, explica que Passarinho tem 58 ruas cadastradas com Código de Endereçamento Postal (CEP) e recebeu investimentos do município e do Estado, incluindo um reservatório que custou cerca de R\$ 2 milhões. “Em 1998, entraram com ação para desocupar o terreno, mas não conseguiram provar a propriedade. Mas com esse prazo que foi dado tem gente que não consegue mais dormir ou comer. Idosos já foram até internados”, lamenta, salientando que tem esperança de que a situação seja revertida.

PROTESTOS

Os moradores realizaram protestos nos dias 22 e 29 de setembro, na BR-101 e em frente ao Palácio do Campo das Princesas, onde uma comissão foi recebida pelo secretário-executivo da Casa Civil, Ivan Rodrigues. Na ocasião, o gestor disse que o governo iria fazer um levantamento topográfico no local, cadastrar os moradores e verificar a legitimidade da propriedade do terreno, que abrange as comunidades do Córrego da Bica, Alto do Carroceiro e Vila São Miguel.

Assunto: Mais juízes no TJPE	
Veículo: Diário de Pernambuco	
Editoria: Local	Seção/Repórter: Diário Urbano
Página: A6	Data: 04/10/2014

DIÁRIO de PERNAMBUCO

Mais juízes

Em breve, 72 novos juízes devem ser nomeados pelo Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE). As nomeações vão, certamente, reduzir a carga de trabalho dos magistrados, mas, conforme dados do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), estão longe de corrigir as necessidades de pessoal. O déficit em Pernambuco é de 260 juízes e as consequências não poderiam ser outras senão a sobrecarga, o que, por tabela, influencia no ritmo da tramitação dos processos. Esses números, segundo o CNJ, faz com que os magistrados do estado tenham a sexta maior carga de trabalho do país. A conta é simples. Por ano, 480 mil processos ingressam no TJPE, que conta com cerca de 450 mil juízes. A média individual é de 1.066 processos, devendo-se acrescentar a esse número os casos vindos de outros anos. O tribunal afirma que tal junção levou cada magistrado a solucionar a média de 1.736, em 2013, superando-se a média nacional. Mágica não há diante da realidade. Reconhece-se o trabalho, mas sem esquecer que o déficit representa mais da metade do quadro de juízes do estado. Daí, a necessidade de novos concursos e nomeações, o que dará maior celeridade aos processos judiciais.

Assunto: Reintegração de Posse - Moradores de Passarinho	
Veículo: Diário de Pernambuco	
Editoria: Local	Seção/Repórter: Está no ar
Página: A6	Data: 04/10/2014

DIÁRIO de PERNAMBUCO

PASSARINHO

Procurador vai avaliar reintegração



JULIO JACOBINA/DP/DA PRESS

Após reunião com moradores de Passarinho, no Recife, o Ministério Público se comprometeu a tentar evitar a reintegração de posse do terreno, marcada para 9 de novembro. O procurador-geral de Justiça, Agnaldo Fenelon, conversará com o juiz do caso. Um novo encontro está marcado para o dia 17.

Assunto: MPPE aciona a W9! por indenização	
Veículo: Diário de Pernambuco	
Editoria: Local	Seção/Repórter:
Página: A6	Data: 04/10/2014

DIÁRIO de PERNAMBUCO

MPPE aciona a W9! por indenização

Ação civil pública contra empresa de eventos suspeita de lesar formandos pede R\$ 1 milhão e o bloqueio das contas bancárias dos sócios

taram os serviços da W9!, além do bloqueio de contas bancárias, depósitos, aplicações e investimentos, e proibição da venda e transferência de bens e valores a terceiros. Vale lembrar que a juíza da 18ª Vara do Trabalho do Recife, Solan-



O dono da W9!, Lídio Gomes, teve prisão decretada

Assunto: Agência W9! pode ser multada em R\$ 1 mi	
Veículo: Folha de Pernambuco	
Editoria: Cotidiano	Seção/Repórter:
Página: 1	Data: 04/10/2014



MPPE ajuizou ação civil pública contra a empresa caloteira

Agência W9! pode ser multada em R\$ 1 mi

mou o sonho do baile de formatura em pesadelo.

As medidas propostas pelo promotor da Vara de Defesa do Direito do Consumidor da Capital, Mavial de Souza Silva, incluem ainda a disponibilidade dos bens dos sócios, com o bloqueio de contas bancárias, depósitos, aplicações e investimentos. Também foi solicitada a proibição da venda e transferência de bens e valores a terceiros e a condenação da W9! e seus proprietários ao pagamento de danos materiais e morais a todos os estudantes que contrataram os serviços da empresa. De acordo com o Código Civil, a não indenização dos danos sofridos pelos consumidores configura enriquecimento ilícito.

“O primeiro pedido do MPPE foi a desconstituição da empresa, de modo que os três sócios venham a responder, inclusive com o seu patrimônio, pela responsabilidade de indenizar os consumidores lesados”, explicou o promotor Mavial de Souza. Com o fechamento da empresa, a polícia acredita que o calote gire em torno de R\$ 10 milhões.

Apesar das ações movidas pelo MPPE, os lesados esperam a prisão do administrador e dono da empresa, Lídio Cosme Silva Júnior, que se encontra foragido. “De nada adianta tudo isso se não pegarem o responsável por esse crime”, disse o advogado Leandro Pereira, que representa a turma de formandos em medicina da FBV. O pedido do Ministério Público, na manhã de ontem, estava no setor de distribuição do TJ. Por esse motivo, o juiz que ficará responsável pela análise das solicitações do promotor só deve se pronunciar na próxima segunda-feira.

Assunto: Famílias seguem na luta contra desapropriação	
Veículo: Folha de Pernambuco	
Editoria: Cotidiano	Seção/Repórter:
Página: 3	Data: 04/10/2014

FOLHA
DE PERNAMBUCO

► **PASSARINHO**

Famílias seguem na luta contra desapropriação

Clemilson Campos/Arquivo Folha

Uma audiência pública será realizada no dia 17 de outubro com a comunidade de Passarinho, Zona Norte do Recife, onde desde o final de setembro os moradores do bairro convivem com a ameaça de uma desapropriação. O encontro foi agendado ontem, após audiência com o Ministério Público de Pernambuco (MPPE), para tentar minimizar o impasse que cerca o direito à moradia de cerca de 25 mil famílias que residem no local, muitas há mais de 60 anos. Segundo o líder comunitário Edvaldo Luz, o MPPE também vai tentar articular um diálogo com a empresa de pré-moldados que entrou na Justiça com um pedido de reintegração de posse da área, que tem aproximadamente 33 hectares.

“A audiência vai verificar a real situação da comunidade, certificar a dimensão do terreno e a quantidade de famílias que moram em Passarinho”, contou Edvaldo à reportagem da Folha de Pernambuco. Ele estima que existam em torno de 75 mil pessoas morando no local. De acordo com Edvaldo, a ação data de 2007, quando o juiz José Florentino, da 2ª Vara



DESESPERADA, comunidade pede à Justiça para ficar

75

mil pessoas residem na área que pode ser desapropriada em novembro

Cível, concedeu a reintegração de posse do terreno, à empresa Nordeste Pré-Moldados. “A ação foi tramitando sem o acompanhamento da comunidade. De repente, recebe-

mos a visita de policiais que se identificaram como oficiais de justiça e notificaram a desapropriação”, descreveu. Conforme manda a ação, os moradores têm até o dia 9 de novembro para deixarem suas casas, caso contrário, serão retirados do local, mediante força policial.

Para evitar o conflito e a perda das residências das famílias, o Ministério Público articula com os moradores o cancelamento da reintegração de posse. No dia 22 de setembro, cerca de 50 moradores do bairro fecharam a BR 101-Norte, na entrada de Passarinho, para protestar contra a decisão do judiciário.

Assunto: Tribunal instala câmara de conciliação em parceria com prefeitura	
Veículo: CNJ	Data: 06/10/2014
Editoria:	Seção:



Tribunal instala câmara de conciliação em parceria com prefeitura



Jaboatão de Guararapes (PE) ganhou a primeira Câmara de Conciliação, Mediação e Arbitragem, resultado de uma parceria entre o Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE) e o Executivo municipal. A solenidade de assinatura do convênio entre o Judiciário Estadual e a prefeitura da cidade ocorreu na terça-feira (30/9) na sede da Secretaria de Assuntos Jurídicos do município, onde funcionará a nova unidade.

O 1º vice-presidente do TJPE, desembargador Leopoldo Raposo, representou o tribunal na cerimônia. Aos presentes, ele explicou que, associada ao serviço de orientação jurídica da prefeitura, a câmara celebrará acordos referentes a pensão alimentícia, divórcios, inventários, partilhas e outros conflitos de natureza cível com vizinhança ou familiares, por exemplo. "Além de facilitar o acesso à Justiça aos mais pobres, prioritariamente, estamos com a instalação de mais uma Câmara, disseminando a cultura da paz na sociedade por meio da conciliação. É um procedimento simples, ágil e gratuito, construído pela vontade das duas partes, em que não há perdedores, e sempre homologado por um juiz", ressaltou.

Com a inauguração do espaço, que funcionará no térreo do prédio da Secretaria de Assuntos Jurídicos de Jaboatão, será iniciada a etapa de capacitação dos servidores da prefeitura pela Escola Judicial do TJPE. A previsão é de que, em 30 dias, eles estejam aptos a conciliar judicialmente e a utilizar os sistemas informatizados existentes.

Após essa fase, os conciliadores atendem os cidadãos no horário das 8h às 13h. Caso a conciliação seja iniciada ali, o acordo será homologado pelo juiz da Central de Câmaras da Justiça. Porém, pode-se também entrar em acordo a partir de um processo judicial já existente. Nesse caso, o juiz responsável pela ação será comunicado do acordo e o homologará.

20 câmaras - Além do vice-presidente do TJPE, participaram da solenidade de inauguração o coordenador-geral das Centrais, Câmaras e Serviços de Conciliação e Arbitragem, juiz Ruy Patu; o secretário de Assuntos Jurídicos de Jaboatão, Júlio Cesar Casimiro Corrêa, que representou o prefeito Elias Gomes; e o secretário executivo de Orientação Jurídica, Valter Amorim; além de autoridades locais. Além da nova unidade instalada em Jaboatão, atualmente existem 20 câmaras sediadas em faculdades de direito no estado.

Assunto: Juízes pernambucanos têm 6ª maior carga de trabalho do país	
Veículo: CNJ	Data: 06/10/2014
Editoria:	Seção:



Juízes pernambucanos têm 6ª maior carga de trabalho do país



O Relatório Justiça em Números 2014, divulgado pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), aponta que os magistrados pernambucanos tiveram a 6ª maior carga de trabalho do país no ano passado. Os dados consideram todos os processos em tramitação no estado.

Atualmente, tramitam na Justiça pernambucana aproximadamente 1,8 milhão de processos, o que equivale a dizer que a cada 10 pernambucanos 2 têm processos no Judiciário. Por ano, mais de 480 mil processos ingressam no Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE). São 1.340 processos por dia, 40,2 mil por mês. Cerca de 450 magistrados atuam no estado. Mas o déficit é de 260 juízes.

A expectativa é de que com a nomeação de 72 juízes para atuar no TJPE essa carga seja reduzida. "Fizemos um enorme esforço para nomearmos todos os aprovados no último concurso realizado. Apesar disso, nossa carência ainda é grande. Já demos início a uma nova seleção, mas, com as dificuldades orçamentárias que enfrentamos, precisaremos de aportes do Governo do Estado para nomear mais juízes", explica o presidente do Judiciário estadual, desembargador Frederico Neves.

Apesar da alta carga de trabalho enfrentada pelos juízes, os magistrados pernambucanos ficaram entre os nove mais produtivos do país. Cada magistrado solucionou, durante 2013, uma média de 1.736 processos. A média foi maior do que a nacional, de 1.666 processos por magistrado.

Investimento - A despesa total do TJPE, em 2013, foi de R\$ 1.060.324.127. Desse valor, R\$ 944.206.899 foram investidos em recursos humanos. O quadro de servidores teve um aumento de 12% em relação a 2012, passando a contar com 6.672 servidores efetivos. "Estamos investindo nos quadros do Judiciário e os seus integrantes estão dando uma resposta importante à sociedade com o seu empenho. No início da nossa gestão, destacamos que um dos nossos principais compromissos seriam a valorização das pessoas que integram o tribunal. Estamos trabalhando para isso e esses números só confirmam essa necessidade", afirmou o presidente do TJPE.

Assunto: Instalação das varas de Execuções de Títulos Extrajudiciais	
Veículo: Folhape	Data: 06/10/2014
Editoria:	Seção:



...24 mil ações

As Varas de Execução de Títulos Extrajudiciais atuam para cobrar dívidas já comprovadas e foram instaladas nesta semana pelo TJPE. O funcionamento é de segunda a sexta, das 9h às 18h, no Fórum Desembargador Rodolfo Aureliano, na Ilha Joana Bezerra.

Assunto: MPPE e moradores do Passarinho terão audiência para tratar de reintegração	
Veículo: Folhape	Data: 06/10/2014
Editoria:	Seção:



MPPE e moradores do Passarinho terão audiência para tratar de reintegração

Comunidade não quer perder moradias, que ficam em terreno alvo de ação judicial

Para evitar a perda das residências das famílias que vivem na comunidade do Passarinho, na Zona Oeste do Recife, o Ministério Público de Pernambuco (MPPE) articula com os moradores o cancelamento da reintegração de posse do terreno, que, segundo a Justiça, deve ser cumprida até o dia 9 de novembro. As pessoas afetadas e a instituição tiveram um encontro, nesta sexta-feira (3), para falar sobre o tema.

Na ocasião, ficou acertada a realização de uma audiência pública no dia 17 de outubro. O objetivo é tentar minimizar o impasse que cerca o direito à moradia de 25 mil famílias que residem no local, muitas há mais de 60 anos. Segundo o líder comunitário Edvaldo Luz, o Ministério Público também vai tentar articular um diálogo com a empresa de pré-moldados que fez o pedido de reintegração da área, que tem aproximadamente 33 hectares. Segundo os moradores, a ação data de 2007.

No último dia 22, cerca de 50 pessoas que moram na comunidade fecharam a BR 101-Norte, para protestar.

Assunto: MPPE propõe que W9! seja condenada a pagar R\$ 1 milhão por danos morais coletivos	
Veículo: Folhape	Data: 06/10/2014
Editoria:	Seção:



MPPE propõe que W9! seja condenada a pagar R\$ 1 milhão por danos morais coletivos

Agência é investigada por dar o calote em cerca de 150 comissões de formatura



Lídio Gomes foi visto em Maceió no último dia 25

O Ministério Público de Pernambuco (MPPE) ajuizou, na Vara Cível da Comarca do Recife, uma ação civil pública em desfavor da agência W9! Comunicação e Eventos Ltda, que encerrou suas atividades no último dia 22, deixando um prejuízo de cerca de R\$ 10 milhões para os clientes que haviam contratado os serviços de produção de festas de formatura. No documento, foi pedida a condenação da empresa e dos sócios ao pagamento de R\$ 1 milhão por danos morais coletivos. O montante deverá ser

revertido ao Fundo Estadual do Consumidor.

As medidas, propostas ao Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE) na última quarta-feira (1º), incluem também a indisponibilidade dos bens dos representantes da empresa, com o bloqueio de contas bancárias, depósitos, aplicações e investimentos, bem como a proibição da venda e transferência de bens e valores a terceiros, além da condenação da W9! e de seus sócios ao pagamento de danos materiais e morais a todos os estudantes que contrataram os serviços da empresa. Segundo o MPPE, a não indenização dos danos sofridos pelos consumidores configura enriquecimento ilícito, conforme apontado pelo Código Civil.

“O primeiro pedido do MPPE foi a desconstituição da empresa, de modo que os três sócios venham a responder, inclusive com o seu patrimônio, pela responsabilidade de indenizar os consumidores lesados”, explicou o promotor de Justiça com atuação na Promoção e Defesa dos Direitos do Consumidor da Capital, Mavial de Souza Silva.

De acordo com as primeiras investigações, cerca de 150 comissões de formatura foram lesadas pela empresa, que anunciou que fecharia sua sede, localizada no bairro de Santo Amaro, na área central do Recife, através de um e-mail encaminhado aos universitários. Desde então, os clientes procuraram o Departamento de Repressão aos Crimes Patrimoniais (Depatri) e a Delegacia do Consumidor reclamando que vários contratos ainda estavam em vigência. A empresa havia sido contratada para serviços como cerimonial, decoração, estruturação, iluminação, fotografia, filmagem e administração dos eventos de formatura.

O caso

Desde que a empresa fechou, Lídio Cosme Silva Júnior, apontado como responsável legal pela W9!, não foi mais visto em público, exceto no último dia 25, quando realizou uma viagem aérea de Guarulhos (SP) para Maceió. Policiais flagraram o desembarque do suspeito no Aeroporto Zumbi dos Palmares, na capital alagoana, mas não puderam detê-lo porque ainda não havia mandado de prisão. Na última segunda-feira (29), o TJPE determinou a prisão preventiva do empresário.

Policiais da Delegacia de Capturas chegaram a visitar alguns endereços na Região Metropolitana do Recife, onde se suspeitava que o empresário pudesse estar, mas não obtiveram êxito. Por conta da legislação eleitoral, desde a última terça-feira (30), eleitores não podem ser presos em flagrante até 48 horas após o pleito do próximo domingo (5). Em razão disso, a prisão de Lídio segue em aberto.

No último dia 26, o Tribunal Regional do Trabalho (TRT) deferiu liminar através da qual bloqueou as contas do empresário e de outra sócia da W9!, Adriana Karla Diniz Alves Cosme. Além disso, também foi determinado o rastreamento dos veículos dos envolvidos junto ao Detran-PE. Esses bens e imóveis no Recife e em Natal (RN) devem ser penhorados.

A solicitação partiu do Ministério Público do Trabalho em Pernambuco (MPT-PE), que alegou querer assegurar futuras execuções trabalhistas, já que, além dos alunos lesados, os funcionários da agência também foram prejudicados. Eles não receberam o pagamento dos salários atrasados, verbas indenizatórias, décimo terceiro e FGTS, conforme o Ministério. O bloqueio chega a cerca de R\$ 2 milhões.

Assunto: Ministério Público se compromete a agir para evitar reintegração de posse em Passarinho	
Veículo: diariodepernambuco	Data: 06/10/2014
Editoria:	Seção:



Ministério Público se compromete a agir para evitar reintegração de posse em Passarinho

Muitas famílias estão no local há 40 anos

Após uma reunião com os moradores do bairro de Passarinho, no Recife, o Ministério Público de Pernambuco sinalizou a favor dos interesses da comunidade e se comprometeu a tentar evitar a reintegração de posse do terreno, marcada para 9 de novembro. O procurador-geral de Justiça, Agnaldo Fenelon, adiantou que conversará com o juiz do caso e reunirá promotores para estudar o processo. Um novo encontro entre a população e o Ministério Público está marcado para o próximo dia 17, na igreja do bairro.

Segundo o MPPE, a comunidade possui ruas asfaltadas, escolas públicas, casas com CEP, posto de saúde e até mesmo um reservatório de água que custou R\$ 2 milhões ao Estado. O desenvolvimento da área só reforça o posicionamento do órgão em prol das famílias. Alguns moradores estão na comunidade há 40 anos.

Assunto: Ministério Público ajuiza ação contra W9!	
Veículo: diariodepernambuco	Data: 06/10/2014
Editoria:	Seção:



Ministério Público ajuiza ação contra W9!

O Ministério Público de Pernambuco ajuizou uma ação civil pública em desfavor da agência W9! Comunicação e Eventos Ltda, que fechou as portas em setembro e deixou um prejuízo avaliado em R\$ 10 milhões para os clientes. O documento foi encaminhado ao Tribunal de Justiça de Pernambuco na última quarta-feira (01).

A ação foi levada para a Vara Cível da Comarca do Recife. De acordo com o MPPE, o primeiro pedido foi sobre a desconstituição da empresa, de modo que os três sócios venham a responder, inclusive com o seu patrimônio, pela responsabilidade de indenizar os consumidores lesados.

De acordo com o promotor de Justiça com atuação na Promoção e Defesa dos Direitos do Consumidor da Capital, Mavíael de Souza Silva, as medidas incluem ainda a indisponibilidade dos bens dos sócios, com o bloqueio de contas bancárias, depósitos, aplicações e investimentos, bem como a proibição da venda e transferência de bens e valores a terceiros, e a condenação da W9! e seus sócios ao pagamento de danos materiais e morais a todos os estudantes que contrataram os serviços da empresa. Pelo Código Civil, a não indenização dos danos sofridos pelos consumidores configura enriquecimento ilícito.

O Ministério Público propôs ainda a condenação da empresa e dos sócios ao pagamento de R\$ 1 milhão de reais a título de reparação por danos morais coletivos. O montante deverá ser revertido ao Fundo Estadual do Consumidor.

Denúncia - O órgão recebeu várias denúncias sobre o cancelamento dos serviços contratados para realização de eventos de formaturas desde o fechamento da empresa. Os denunciantes informaram que receberam no dia 22 de setembro de 2014 um e-mail da W9! informando que não teria mais como honrar os compromissos contratuais e que todos os contratos passariam a ser de responsabilidade da assessoria jurídica.

Assunto: MPPE propõe multa de R\$ 1 milhão para a W9!	
Veículo: Ne 10	Data: 06/10/2014
Editoria:	Seção:



MPPE propõe multa de R\$ 1 milhão para a W9!

O Ministério Público de Pernambuco (MPPE) ajuizou uma ação civil pública contra a W9! Comunicação e Eventos Ltda. De acordo com nota enviada nesta sexta-feira (3), o órgão propõe a condenação da empresa e dos sócios ao pagamento de R\$ 1 milhão a título de reparação por danos morais coletivos. O montante deverá ser revertido ao Fundo Estadual do Consumidor. O documento foi encaminhado ao Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE) no dia 1º de outubro.

As medidas propostas à Justiça pelo MPPE também incluem a indisponibilidade dos bens dos sócios, com bloqueio das contas bancárias, depósitos, aplicações e investimentos. Proibição da venda e transferência de bens e valores a terceiros, além da condenação da W9! e seus sócios ao pagamento de danos materiais e morais a todos os estudantes que contrataram os serviços da empresa estão incluídos na ação. De acordo com o Código Civil, a não indenização dos danos sofridos pelos consumidores configura enriquecimento ilícito.

CASO W9! - A empresa encerrou as suas atividades no mês de setembro, causando prejuízo de cerca de R\$ 10 milhões. Dezenas de comissões e clientes que haviam contratado os serviços de produção de festas de formatura ficaram no prejuízo.

Assunto: Juízes estaduais são contrários à subordinação das turmas recursais à TNU	
Veículo: Conjur	Data: 06/10/2014
Editoria:	Seção:



Juízes estaduais são contrários à subordinação das turmas recursais à TNU

Os juízes estaduais são contrários à subordinação das turmas recursais a uma Turma Nacional de Uniformização para os Juizados Especiais dos estados e do Distrito Federal. O motivo, segundo estudo feito pelo Fórum Nacional de Juizados Especial (Fonaje), é que ela causaria burocratização e demora na prestação jurisdicional às causas dos Juizados Especiais, tornando-a sujeita a cinco graus de jurisdição. Essa é uma das conclusões do estudo feito por 12 alunos da Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUC-PR), publicada no site do Instituto Brasileiro de Administração do Sistema Judiciário (Ibrajus). O trabalho teve orientação do desembargador aposentado Vladimir Passos de Freitas.

O estudo mostra o resultado de levantamento do formato, localização e publicidade das turmas recursais do Poder Judiciário dos estados, entre 5 de abril e 30 de maio de 2014. “A importância da pesquisa não se resume a apontar dados estatísticos, mas também a indicar quais tribunais estão cumprindo esta meta e quais estão com índices aquém do ideal”, diz a publicação.

Segundo a publicação, o número de turmas recursais nos tribunais de Justiça varia conforme a densidade populacional e o desenvolvimento econômico do estado. Alguns estados, como o Sergipe, têm um pequeno número de turmas recursais na capital. Na outra ponta, alguns estados têm mais turmas, como por exemplo, São Paulo que tem 61 turmas.

A conclusão é que entre as Justiças dos estados não há simetria. “Ora apresenta número que, em tese, induz a uma rápida prestação jurisdicional, ora surpreendendo com um pequeno número de Turmas Recursais”. Em relação ao pequeno número de turmas, a pesquisa indica dois motivos: percentual alto de acordos na primeira instância ou demora excessiva no exame dos recursos, desestimulando-os e também a criação de novas turmas.

Localização das turmas

A escolha pelo local de implantação das turmas está ligada ao volume de serviço e população. “Estados com poucas turmas recursais costumam situá-las apenas nas capitais. É o caso de Mato Grosso e Sergipe (1) e Mato Grosso do Sul (3). Estados em situação oposta possuem muitas turmas recursais espalhadas por todo o seu território, como Minas Gerais (62) e São Paulo (61)”, diz o estudo. Além disso, ficou demonstrado que alguns estados, mesmo não tendo muitas turmas, colocaram-nas também no interior

como estratégia de administração da Justiça, como é o caso de Santa Catarina (8). Ainda assim, a maioria (14 estados) das turmas recursais estão apenas nas capitais.

O estudo indica ainda que as turmas têm competência plena nos estados menos populosos, mas são especializadas em matéria cível, criminal e de Fazenda Pública nos maiores. “Minas Gerais, todavia, restringiu a especialização a 10 Turmas Cíveis em Belo Horizonte, capital do estado”.

O levantamento mostrou ainda que Rio de Janeiro, Minas Gerais, Paraná e Pernambuco são os estados que mais editaram súmulas e enunciados. Por outro lado, Acre, Alagoas, Bahia, Amazonas, Roraima, Paraíba, Rio Grande do Norte, Pará, Mato Grosso do Sul e o Distrito Federal não editaram súmulas ou enunciados.

Tribunal	Turmas Recursais	Especialização	Sede	Súmulas/Enunciados
TJ-AC	2	Não são especializadas. Julgam recursos sobre todas as matérias	Capital	Não
TJ-AL	2	Não são especializadas. Julgam recursos sobre todas as matérias	Capital Maceió e Arapiraca	Não
TJ-AP	1	Não são especializadas. Julgam recursos sobre todas as matérias	Capital	4
TJ-AM	3	Não são especializadas. Julgam recursos sobre todas as matérias	Capital	Não
TJ-BA	5	Não são especializadas. Julgam recursos sobre todas as matérias	Capital	Não
TJ-CE	6	No site não há discriminação das áreas de atuação	Capital	Não
TJ-DF	3	Não são especializadas. Julgam recursos sobre todas as matérias	Capital	Não

TJ-ES	5	Não são especializadas. Julgam recursos sobre todas as matérias	Capital, Cachoeiro do Itapemirim e Colatina. E criou uma turma de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais	15 enunciados cíveis, 9 processuais e 5 criminais.
TJ-GO	3	Não são especializadas. Julgam recursos sobre todas as matérias	Capital	7 cíveis e 8 processuais
TJ-MA	8	Não são especializadas. Julgam recursos sobre todas as matérias	Bacabal, Balsas, Caxias, Chapadinha,	26 enunciados cíveis
TJ-MT	Turma Recursal Única	Não são especializadas. Julgam recursos sobre todas as matérias	Capital	18 súmulas, 15 enunciados cíveis e 5 enunciados criminais
TJ-MS	3	Não são especializadas. Julgam recursos sobre todas as matérias	Capital	Não

TJ-MG	62	As 12 Turmas da Capital têm a sua 11ª e 12ª Turmas como julgadoras de matéria criminal. Já as Turmas de 1 a 10 julgam matéria cível. As demais são mistas, julgando, portanto, todas as matérias.	Belo Horizonte, Juiz de Fora, Uberlândia, Betim, Contagem, Divinópolis, Governador Valadares, Ipatinga, Poços de Caldas, Sete Lagoas, Teófilo Otoni, Uberaba e Varginha, Cataguases, Araguari, Araxá, Barbacena, Conselheiro Lafaiete, Curvelo, Formiga, Itajubá, Itabira, Ituiutaba, Lavras, Montes Claros, Muriaé, Paracatu, Passos, Patos de Minas, Ponte Nova, Pouso Alegre, São João Del Rei e Ubá	137 enunciados cíveis, 108 criminais, 07 da fazenda pública
TJ-PA	1	Não são especializadas. Julgam recursos sobre todas as matérias	Capital	Não
TJ-PB	9	Não são especializadas. Julgam recursos sobre todas as matérias	capital João Pessoa, Campina Grande, Sousa, Guarabira e Patos.	Não

TJ-PR	3 (Turma Recursal Reunida, Primeira Turma Recursal e Segunda Turma Recursal)	Turma Reunida julga revisões criminais, mandados de segurança e habeas corpus impetrados contra ato monocrático de Juiz integrante da Turma Recursal. A Primeira Turma julga todas as matérias (cível, criminal e fazenda pública) e a Segunda Turma julga somente cível	Capital	101 Enunciados
TJ-PE	13	Turmas Recursais de Recife são especializadas, sendo que 08 (oito) julgam recursos cíveis, uma os criminais e uma os da fazenda pública . As demais Turmas, situadas no interior do Estado, julgam recursos de todas as matérias	Recife (Capital), Caruaru, Garanhões e Petrolina	83 enunciados

Assunto: Eleição terá venda e consumo de bebidas liberados	
Veículo: Blog do Magno Martins	Data: 06/10/2014
Editoria:	Seção:



Eleição terá venda e consumo de bebidas liberados

A venda e o consumo de bebidas alcoólicas não serão proibidos em Pernambuco durante as eleições deste ano, diferentemente do que aconteceu nos últimos pleitos. A Secretaria de Defesa Social (SDS) decidiu não publicar portaria no Diário Oficial do Estado para vetar o álcool no domingo, quando será realizado o primeiro turno.

A decisão foi tomada, segundo fontes da polícia, porque poucas ocorrências ligadas a esse fator vinham sendo registradas nos dias de votação. Com base nas ocorrências do primeiro turno, a SDS vai avaliar se estende a medida para um eventual segundo, no dia 26.

Nos últimos anos, donos de bares e restaurantes recorreram ao Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE) e conseguiram derrubar, de última hora, a proibição determinada pela SDS. Eles alegaram que seriam prejudicados financeiramente com a suspensão da comercialização.

O secretário Alessandro Carvalho vai anunciar amanhã os detalhes da Operação Eleições da Polícia Militar e explicar porque não vai proibir a venda de bebida alcoólica. Apesar da liberação da comercialização de álcool, as blitzs da Lei Seca na cidade e nas rodovias continuarão normalmente. “Não vai haver portaria da SDS proibindo a venda e consumo de bebida neste ano. Na quinta-feira daremos todos os detalhes. Mas as operações estarão em funcionamento”, ressaltou Carvalho.

Apesar de não estar em vigor a Lei Seca das Eleições, o eleitor poderá ser barrado no local de votação caso esteja sob efeito de álcool. Será orientado a voltar para casa e retornar para votar apenas quando estiver sóbrio.

Assunto: Ao lado do novo governador, uma juíza	
Veículo: Social 1	Data: 06/10/2014
Editoria:	Seção:



Ao lado do novo governador, uma juíza

Ana Luíza Câmara, a mulher de Paulo, terá de consultar o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) para saber como deverá conciliar o cargo de juíza – ela é coordenadora dos Juizados Especiais, do TJPE – com o papel de primeira-dama do Estado. Segundo ela, que já pesquisou, é uma situação inédita no País. Nesta semana, aliás, ela volta a atuar no cargo, depois de tirar um mês de férias, quando pode estar mais envolvida com a campanha. A nova primeira-dama tem 38 anos – o marido, 42 – e é filha de Vanja Campos, que é irmã de Maximiano Campos, pai do ex-governador Eduardo Campos. O casal tem duas filhas: Helena, de 9 anos, e Clara, 4.

